

o nosso reconhecimento. Professora Márcia Farinazo, professora Elaine Barbosa da Silva que fez um relato muito bonito sobre o trabalho do magistério. E eu vejo aqui também na Mesa, uma professora Náustria Albuquerque que é quem eu conheço da UERJ há muitos anos.

Eu acho que tudo que foi dito aqui. Um colega aqui falou que é professor desde 1982, eu sou desde 1985. Desde o primeiro concurso do governo Lionel Brizola, com saudosa professora Maria leida Leite Linhares quando foi secretária de educação. Sou professor da UERJ e professor na Universidade da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, a Unirio. E grande parte da minha carreira profissional tem a ver com essa luta contínua pela consolidação do ensino público gratuito de qualidade no Estado do Rio de Janeiro. Eu acho tudo que foi dito aqui se enquadra dentro desse processo, que é um processo que envolve a todos e deve ser e é compromisso também do Estado. Eu acho que é importante, parabenizo a Deputada por esta audiência, porque traz as questões que devem e vão ser resolvidas à medida que se avançam as conversas e se entendem os diversos agentes responsáveis por isso. O saldo dos últimos 30 anos é positivo e vai continuar a ser, assim eu acredito.

Então, parabenizo todos que estão aqui, desejo que isso seja um momento importante para que nós possamos avançar com a solução dos problemas, especialmente da Faetec, essa instituição notável. Parabenizo todos os professores, alunos e funcionários da Faetec que - como disse bem a professora Elaine - trabalham em prol da sociedade, da educação independente de... (Pausa)

A SRA. PRESIDENTE (Elika Takimoto) - O professor travou. Obrigada, professor, subsecretário do Ensino Superior e Pesquisa, Edgar Leite.

Encaminhando aqui para o final, a gente vai produzir um relatório de tudo que foi apresentado. A função da audiência pública é exatamente a gente abrir um caminho, um canal para o diálogo.

Estou aqui na Presidência dessa Comissão de Ciência e Tecnologia, então, eu preciso - como coloquei para vocês no início - inteirar-me de tudo que aconteceu nas legislaturas anteriores e estou completamente dedicada a isso, e um dos encaminhamentos aqui é a gente fazer um GT para acompanhar a Faetec. Quem estiver interessado em participar desse GT, só falar com Camila ao final.

Sobre a fala da Márcia, que está aqui representando a presidência da Faetec, eu gostaria de receber o Ofício desses dados que você trouxe, por favor, se a senhora puder me apresentar. Porque - como falei no início - eu estou pedindo o esclarecimento, os dados para que a gente trabalhe em cima de dados, indicadores, eu acho que facilita para a gente entender a situação.

Também quero dizer que a gente vai dar desdobramento a essas demais questões aqui levantadas e que a gente precisa, de fato, manter essa atuação, esse canal de troca, da importância do GT.

Então, essa audiência aqui tem uma importância muito significativa, e eu saio daqui na qualidade de Presidenta da Comissão de Ciência e Tecnologia, tenho certeza de que a minha colega Deputada Dani Balbi, vice-presidenta dessa Comissão, assim como o Deputado Flávio Serafini, um aliado nessa luta há muito tempo, a gente sai daqui com tarefas importantes.

Vocês apontaram o ano de 2016 que foi um marco na história da Faetec, que marco infeliz pelos desmontes e pela desvalorização que sofreu, e a recuperação desse tempo busca exatamente melhorias e desenvolvimento para a rede, para os profissionais de educação e para estudantes, são pautas de máxima urgência.

Então, foram apontadas aqui prioridades, valorização da carreira dos profissionais da Rede Faetec e valorização acadêmica dos professores e das professoras que compõem cada unidade e que forma tantos profissionais do Estado do Rio de Janeiro. Esse é um ponto.

O segundo apontado aqui: a defasagem de pessoa da assistência e da psicologia. A gente tem uma carência na rede - como foi colocado aqui - de psicologia, assistentes sociais, pessoal de apoio e de serviços gerais. Isso é uma coisa de suma importância, porque a gente sabe que escola não é feita só de professores e professoras - com muitas aspas -, alunos e alunas, a gente precisa para o bom funcionamento de profissionais que auxiliem, que estejam com a gente nessa construção de conhecimento.

A gente tem aqui o compromisso de buscar informações na Casa Civil, a gente vai fazer, certamente, uma reunião com ela para entender sobre o não pagamento das progressões desde 2022, que foram apontadas aqui.

Para deslanchar essa pauta e a situação sobre pagamento do auxílio alimentação, que ainda não está sendo cumprido, para gente entender melhor isso e, certamente, muito em breve vamos nos reunir com Casa Civil para entender o que está acontecendo.

A Faetec, agora, no GT dessa transparência, né, a gente vai verificar sobre a inclusão da Faetec nesse grupo de trabalho da transparência, dos professores da Faep, que foi apontado aqui, para Faetec, que é outro ponto que foi colocado que a gente vai, essa Comissão que vai se debruçar para a gente solucionar essa questão.

A questão do passe livre já foi colocada aqui, esse direito precisa chegar a todos os estudantes. Então, não dá para a gente começar, de fato, o ano, com a sala cheia e terminar com a sala vazia, como foi apontado, justamente pela falta de concessão do direito de transporte gratuito.

Então, a gente também, aqui dessa Comissão, vamos estar dedicados a entender o que está acontecendo e solucionar, o que a gente precisa é solucionar esse problema o mais rápido possível.

Sobre a participação democrática dos estudantes, tivemos participação dos estudantes aqui, a demanda dos estudantes, a gente precisa incentivar a organização dos Grêmios, dos Conselhos e garantir a participação democrática dos nossos estudantes, dos nossos jovens. Então, marcar um seminário com estudantes e fazer uma escuta para tratarmos dessa demanda também vai ser um trabalho dessa Comissão.

Sobre a gestão da Faetec, sim, Elaine, a Faetec é uma rede estratégica, como você apontou muito bem. É importante, necessária e a gente vai lutar aqui por ela todos os dias, nessa legislatura. A gente vai lutar pela pauta da democratização da gestão central da Faetec. Essa demanda não é nem de longe, como a gente sabe e apontado aqui também pelo companheiro, Deputado Flávio Serafini, não é nem de longe a menor demanda.

Enfim, o governador. Vamos cobrar do governador Cláudio Castro o cumprimento da sua promessa de campanha. Este ano tem que ser o ano da educação, como foi colocado aqui, não é a gente que está falando, foi ele que falou como foi, né, colocado aqui pelo professor. A gente não quer só palavra, a gente quer a efetivação desse direito. Pode ter certeza que vai haver uma cobrança disso com a valorização é da carreira do servidor da educação, com o pagamento do piso, a gente vai fazer valer e a gente vai exigir que se cumpra o que foi prometido.

Vou franquear a palavra aqui para finalizar.
O SR. LUIZ FERREIRA - É bem rápido, só um minutinho, porque o Deputado Flávio Serafini falou sobre o Fundeb, que é uma luta antiga nossa, porque os nossos alunos são contabilizados para a cesta do Fundeb, sendo que a Seeduc é a gestora do Fundeb, nós tivemos, acho que foi naquele período de crise que nós tivemos no Rio de Janeiro, foi o único período que nós tivemos de transferência do Fundeb da Seeduc para a Faetec. Fora isso, nós não temos transferência dos recursos do Fundeb que são pertencentes à Faetec para a nossa rede.

Então, os nossos alunos, eles contabilizam para a cesta do Fundeb da Seeduc, mas o repasse não é feito à Faetec.

A SRA. PRESIDENTE (Elika Takimoto) - Obrigada, professor. Quereria mais uma vez agradecer a presença de todas as pessoas aqui, agradecer a presença de quem está nos acompanhando também online.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública da Comissão da Ciência e Tecnologia. Muito obrigada.

COMISSÃO DE COMBATE ÀS DISCRIMINAÇÕES E PRECONCEITOS DE RAÇA, COR, ETNIA, RELIGIÃO E PROCEDÊNCIA NACIONAL

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às treze horas e trinta minutos, na sala número hum mil oitocentos e um, do Edifício Lúcio Costa, reuniu-se a Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional com a presença dos Senhores Deputados: PROFESSOR JOSEMAR Presidente, CARLOS MINC- Vice- Presidente, e INDIA ARMELAU, membro efetivo deste órgão técnico Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberta a 4ª Reunião Ordinária, conforme convocação por edital publicado em 07/08/2023 Dando início aos trabalhos, o Senhor Deputado PROFESSOR JOSEMAR agradeceu a presença de todos e comunicou ter avocado, o Projeto de Lei nº 5347/2022, do Deputado Anderson Moraes e o Projeto de Lei nº 4477/2021do Deputado Bruno Dauaire; e. Ainda com a palavra o Senhor Presidente consultou os demais deputados presentes se haveria a possibilidade de fazer a votação das presentes proposições em bloco, para que seja mais rápida e objetiva a reunião, o que foi aceito por todos. Em seguida de acordo com o artigo 40 do Regimento Interno, assumiu a presidência dos trabalhos o Senhor Deputado CARLOS MINC Vice-Presidente que concedeu a palavra ao Senhor Deputado PROFESSOR JOSEMAR, para relatar os pareceres: Projeto de Lei nº 5347/2022, do Deputado Anderson Moraes: parecer FAVORÁVEL COM EMENDA; Projeto de Lei nº 4477/2021do Deputado Bruno Dauaire: parecer FAVORÁVEL; Postos em discussão e votação os pareceres foram aprovados. Reassumindo a presidência, o Deputado PROFESSOR JOSEMAR informou que distribuiu ao Deputado Carlos Minc., o Projeto de Lei nº 3146/2020 do Deputado Felipe Soares; o Projeto de lei nº 422/2023 do Deputado Prof. Josemar e o Projeto de Lei nº 6204/2022 da Deputada Dani Monteiro passou a palavra ao Deputado Carlos Minc para o mesmo relatar o seus pareceres o Projeto de Lei nº 3146/ 2020do Deputado Felipe Soares: parecer FAVORÁVEL, com voto divergente da Deputada India Armelau Que registrou o seu Parecer ser FAVORÁVEL com às Emendas da Comissão de Educação e do Projeto de Lei nº 6204/2022 da Deputada Dani Monteiro : parecer FAVORÁVEL sendo os mesmos aprovados e Projeto de Lei nº 422/2023 do Deputado Professor Josemar, obteve pedido de vista pela Deputada India Armelau sendo concedido por unanimidade. Dando continuidade o Senhor Presidente informou ter distribuído ao Deputado Carlos Macedo o Projeto de Lei nº 5123/2021 do Deputado Atila Nunes e o Projeto de Lei nº 1219/2023 da Deputada Verônica Lima, posto em votação os mesmos foram aprovados informou ainda ter distribuído ao Deputado Otoni de Paula Pai o Projeto de Lei nº 62/2023 da Deputada Verônica Lima, posto em votação o mesmo foi aprovado, em seguida o senhor Presidente informou ter distribuído a Deputada India Armelau, o Projeto de Lei nº 62/2023, da Deputada Verônica Lima passou a palavra para a Deputada Relator o seu Parecer sendo o mesmo aprovado. A seguir o senhor franqueou a palavra a todos como ninguém quisesse dela fazer uso e não havendo mais nada a tratar, sua excelência agradeceu a participação de todos e suspendeu a reunião para que eu, Olgani de Abreu Ribeiro Martins Secretária, matrícula nº 200.903-3 lavrasse a presente ata Reabertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata tendo sido assinada por mim e pelo Senhor Presidente, que encerrou a reunião em seguida. Sala das Comissões, dez dias de agosto de dois mil e vinte e três(a) Olgani de Abreu Ribeiro Martins, secretária matrícula nº 200.903-3;(a) Deputado Professor Josemar Presidente

COMISSÃO DE TRANSPORTES

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

COMISSÃO DE TRANSPORTES

Aos vinte e três dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às treze horas, por meios digitais, conforme Art. 2º do Ato/N/MD/nº 674/2022, publicado em 19/04/2022, reuniu-se a Comissão de Transportes, sob a presidência do Senhor Deputado Dionísio Lins, com a presença dos Senhores Deputados Dr. Deodalto, Giovanni Ratinho membros efetivos e dos Senhores Deputado Luiz Claudio Ribeiro, Gislene Monteiro e Andrezinho Ceciliano membros suplentes. Assim, o Senhor Presidente declarou aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Transportes, de acordo com o Edital de Convocação publicado em 22 de agosto do corrente ano, agradeceu a presença de todos, anunciou a pauta e apresentou o primeiro item constante no Ordem do Dia: Discussão e votação dos pareceres às proposições. Em seguida, solicitou ao Deputado DR. DEODALTO que emitisse seus pareceres: Projeto de Lei nº 352/2023, de autoria do Deputado Rodrigo Amorim, parecer CONTRÁRIO; Projeto de Lei nº 1908/2016, de autoria da Deputada Zeidana, Posto em discussão e votação, o parecer foi aprovado. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Deputado Giovanni Ratinho que proferisse o seu parecer: Projeto de Lei nº 236/2023, do Deputado Rosenverg Reis, parecer PELA ANEXAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 407/2019, Postos em discussão e votação, o parecer foi aprovado. Concluído a análise dos pareceres, o Presidente deliberou a seguinte audiência pública: Esclarecimento sobre as ostensivas operações fiscalizatórias que vem ocorrendo no Estado do Rio de Janeiro em conjunto com a Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia e com a Comissão Especial para Acompanhar as Políticas Públicas de Combate à Desordem Urbana, conforme Ofício CE nº 01/2023. Posto em discussão e votação, a diligência foi aprovada. Como não houvesse mais nada a tratar o Senhor Presidente agradeceu mais uma vez a participação de todos e declarou encerrada a presente Reunião Extraordinária, da qual, para constar, eu, Rafael José Gonçalves Monteiro Barbosa, matrícula 201.829-9, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, vinte e três de agosto de dois mil e vinte e três. (a) Rafael José Gonçalves Monteiro Barbosa, Secretário, mat. 201829-9; (a) Deputado Dionísio Lins, Presidente.

TEMPORÁRIAS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A PRÁTICA DE RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO REALIZADO NAS DELEGACIAS DE POLÍCIA NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

(RESOLUÇÃO Nº 32/2023)

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às treze horas e vinte e dois minutos, na sala mil oitocentos e oito do Edifício Lúcio Costa, sede do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito em epígrafe, instituída pela Resolução nº 32/2023, sob a Presidência da Senhora Deputada Renata Souza, e com a presença dos Senhores Deputados Munir Neto - Vice-Presidente e Márcio Gualberto - Relator, membros efetivos. Havendo número regimental, Sua Excelência, a Deputada Renata Souza, declarou aberta a Terceira Reunião Ordinária, conforme convocação por edital, publicado no dia nove de agosto do corrente ano, informando que o objetivo da reunião versou sobre a oitiva do Doutor Caio Badaró Massena, Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestrando em Processo Penal na Universidade de São Paulo (USP). Atuou como pesquisador do projeto "Prova sob suspeita", do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), no âmbito do qual foi corredor do caderno "Reconhecimento de Pessoas e Prova Testemunhal: orientações para o sistema de justiça". Coautor da coluna "A toda prova" no Boletim Tríncheira Democrática, do Instituto Baiano de Direito Processual Penal (IBADPP). Autor de artigos publicados em periódicos científicos nacionais e internacionais. Dando início aos trabalhos, a Senhora Presidenta fez suas colocações iniciais sobre a temática que seria abordada durante a reunião, apresentando, em seguida, o convidado aos membros da Co-

missão e aos demais presentes, e passando a palavra ao advogado para que apresentasse a pesquisa que vem desenvolvendo sobre o tema: Reconhecimento Fotográfico. Com a palavra, o palestrante agradeceu o convite para participar da CPI, e passou a apresentação de sua pesquisa sobre o erro judiciário, pesquisa esta que tem como perspectiva específica, o reconhecimento de pessoas, na modalidade fotográfica como causa de erro judiciário. Dentro da pesquisa apresentada, o convidado dividiu seu trabalho e sua exposição em alguns tópicos, quais sejam: 1) A que se destina, idealmente, um processo criminal?; 2) O que queremos com o ato de reconhecimento de pessoas?; 3) O que é um erro judiciário?; 4) O reconhecimento de pessoas como causa de erro judiciário no Brasil; 5) O que a psicologia do testemunho, como ramo da ciência, nos oferece de subsídio para que o reconhecimento de pessoas possa servir ao processo penal; 6) Qual tipo de ação poderá contribuir para evitar o uso equivocado de reconhecimento de pessoas em nosso estado?. Sobre os temas apresentados, o convidado discorreu sobre cada uma das indagações apresentadas, de forma minuciosa e explicativa, e fez apresentação de gráficos e textos em retroprojeter. Concomitante a apresentação, foi entregue pelo palestrante, a cada membro da comissão, uma cópia da pesquisa apresentada pelo convidado. Finda a exposição, a Senhora Presidenta fez suas considerações e perguntas sobre o que foi analisado pelo convidado, passando a palavra, em seguida, ao Vice-Presidente, o senhor Deputado MUNIR NETO, que formulou perguntas sobre o tema. Com a chegada do Relator, o senhor Deputado Márcio Gualberto, a Senhora Presidenta concedeu a palavra ao membro da Comissão para que também fizesse suas perguntas, o que foi feito. Ao final, a Senhora Presidenta indicou para votação, duas visitas técnicas que deveriam ser efetivadas pelos membros da CPI, sendo a primeira à 54ª Delegacia de Polícia, em Belford Roxo, e a segunda, à ACADEPOL/RJ, com datas a serem definidas futuramente. Em votação, foi aprovado pelos membros da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidenta franqueou a palavra, e como não houvesse mais quem dela quisesse fazer uso, suspendeu a reunião para que eu, Raquel Michelsen de Oliveira, Secretária "ad hoc", matrícula 201.723-4, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, tendo sido assinada por mim e pela Senhora Presidenta, e disponibilizada, na íntegra, no link do Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=PUPS LGPT_WY, encerrando em seguida a reunião. Sala das Comissões, 10 de agosto de 2023. (a) Raquel Michelsen de Oliveira - Secretária "ad hoc"; (a) Deputada Renata Souza - Presidenta

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A PRÁTICA DE RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO REALIZADO NAS DELEGACIAS DE POLÍCIA NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

(RESOLUÇÃO Nº 32/2023)

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às treze horas e vinte e dois minutos, na sala mil oitocentos e oito do Edifício Lúcio Costa, sede do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito em epígrafe, instituída pela Resolução nº 32/2023, sob a Presidência da Senhora Deputada Renata Souza, e com a presença dos Senhores Deputados Munir Neto - Vice-Presidente, Márcio Gualberto - Relator, Julio Rocha, Dani Balbi e Verônica Lima, membros efetivos. Havendo número regimental, Sua Excelência, a Deputada RENATA SOUZA, declarou aberta a Quarta Reunião Ordinária, conforme convocação por edital, publicado no dia quatorze de agosto do corrente ano, informando que o objetivo da reunião versou sobre a oitiva da Doutora Lilian Milnitsky Stein, Psicóloga com doutorado em Cognitive Psychology - University of Arizona, EUA na área das falsas memórias, e pós-doutorado na Universidad de Barcelona, Espanha. Atualmente, professora do Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Possui 30 anos de trajetória acadêmica e de pesquisa como professora titular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, desenvolvendo estudos na área da memória aplicados ao campo da Psicologia do Testemunho. Nos últimos 17 anos, tem atuado na formação e treinamento de profissionais que realizam entrevistas com testemunhas/ vítimas e suspeitos, seja na fase de investigação ou processual, em vários estados do país, bem como no exterior. Há mais de 15 anos, vem ministrando cursos de formação e capacitação de profissionais do sistema de justiça voltados ao tema das provas dependentes da memória, dentro da abordagem científica da Psicologia do Testemunho. Desde 2018, é membro do Comitê Diretivo Internacional de especialistas que recentemente concluiu o documento que estabeleceu um conjunto de parâmetros de como conduzir entrevistas com testemunhas, vítimas e suspeitos, apresentado a ONU em 2022. Recentemente, passou a integrar, como expert no campo das provas dependentes da memória, um grupo de trabalho do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que trata sobre o reconhecimento de pessoas. Dando início aos trabalhos, a Senhora Presidenta, após apresentação da convidada, fez uma breve análise dos motivos da criação da CPI, ressaltando que o objetivo da Comissão não é só o de investigar os erros decorrentes do reconhecimento fotográfico equivocados, mas também sugerir ou estabelecer medidas que devam ser tomadas pelas instituições, para que tais erros não mais ocorram. Dando prosseguimento, a Senhora Presidenta passou a palavra à convidada para que fizesse sua apresentação. Com a palavra, a professora Lilian Stein apresentou o resumo de um trabalho aprofundado sobre o tema que seria discutido na reunião, a Psicologia do Testemunho, cuja cópia foi entregue a cada membro da Comissão para que acompanhassem a exposição em powerpoint. Durante a fala, a convidada apresentou gráficos, textos e casos específicos de reconhecimentos errôneos, ressaltando as consequências deste reconhecimento de pessoas por fotografia, não fosse tão evasivo, e sim, mais técnico. A Doutora Lilian Stein esclareceu que as suas exposições não se vinculam a sua opinião pessoal, mas vinculam-se a critérios rigorosamente científicos com os quais revelam três grandes problemas em torno do falso reconhecimento, a saber: 1) a injustiça prisional; 2) a liberdade do delinquente, e 3) a contaminação da memória no curso temporal (SHOW UP). Durante a apresentação, o Relator, o Deputado Márcio Gualberto, interrompeu a exposição para fazer questionamentos sobre o que estava sendo relatado pelo palestrante, tendo a convidada respondido e esclarecido sobre o que foi indagado pelo Relator. Finda a exposição da professora Lilian Stein, a Senhora Presidenta retomou a palavra, e agradeceu a presença do Delegado de Polícia e Diretor de Ensino da ACADEPOL/RJ, o senhor Carlos Eduardo Rangel, também convidado para a reunião pela assessoria da CPI. Prosseguindo, a Senhora Presidenta fez considerações sobre a apresentação da professora, passando às perguntas, e logo, em seguida, passou a palavras aos demais membros da Comissão para que fizessem suas indagações, na seguinte ordem: Deputada Verônica Lima, Deputada Dani Balbi, Deputado Munir Neto, Deputado Julio Rocha, e, por fim, Deputado Márcio Gualberto. Com as perguntas formuladas para a convidada, foi repassada a palavra à professora Lilian Stein para que respondesse ao que foi questionado pelos membros da Comissão, o que foi feito satisfatoriamente. Ao final, foi passada a palavra ao segundo convidado, ao Delegado de Polícia, o senhor Carlos Eduardo Rangel, que fez sua exposição sobre como as aulas são ministradas na ACADEPOL/RJ, abordando sobre a importância da psicologia do testemunho e das provas dependentes da memória. Em sequência, finalizando a reunião, a Senhora Presidenta apresentou para votação duas visitas técnicas que deveriam ser feitas pelos membros da CPI, sendo a primeira à 54ª Delegacia de Polícia, em Belford Roxo, no dia vinte e quatro do corrente mês, no horário matutino, e a visita à ACADEPOL/RJ, com data a ser marcada posteriormente. Em votação, foram aprovadas as duas visitas técnicas, por unanimidade, pelos membros presentes da Comissão. Em tempo, a senhora Deputada Dani Balbi sugeriu à Senhora Presidenta que fosse convidado o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), sendo argumentado pela Presidência da CPI, que o procedimento mais correto seria o encaminhamento de um ofício com o pedido e as devidas informações, para ser protocolizado junto a secretaria da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidenta franqueou a palavra, e como não houvesse mais quem dela quisesse fazer uso, suspendeu a reunião para que eu, Raquel Michelsen de Oliveira, Secretária "ad hoc", matrícula 201.723-4, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, tendo sido assinada por mim e pela Senhora Presidenta, e disponibilizada, na íntegra, no link do Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=GrR-mhxovE&t=228s>, encerrando em seguida a reunião. Sala das Comissões, 17 de agosto de 2023. (a) Raquel Michelsen de Oliveira - Secretária "ad hoc"; (a) Deputada Renata Souza - Presidenta.